

## Recuperar o Porto perdido

O Comércio do Porto, 4 de Novembro de 2002

O rápido desenvolvimento económico que Portugal tem conhecido, sobretudo desde que aderiu à Comunidade Económica Europeia, impulsionou uma mudança radical da paisagem urbana e rural, reflexo da evolução da sociedade. Não seria necessário recuar mais de cinco milénios para descobrir no que é hoje território nacional uma rica e densa floresta de carvalhos, sobreiros, azinheiras e faias, entre muitas outras espécies emblemáticas da nossa flora autóctone. Desta floresta primitiva, infelizmente, pouco ou nada resta. Em sua substituição, os diversos ocupantes da península souberam muitas vezes criar paisagens que, também elas, são factores de riqueza e diversidade, representando uma cultura próspera e enraizada. O Douro Vinhateiro será, porventura, um dos maiores exemplos de que nos podemos orgulhar. Também o património edificado, incluindo os centros históricos e outras obras de arte, por singelas que possam parecer, são testemunho de que a obra humana pode e deve ser qualificadora. É conveniente não confundir simplicidade com vulgaridade. Uma capela pode ser tão importante para uma aldeia quanto é a Sé para os portuenses...

A história não é, seguramente, isenta de erros. São incontáveis os atentados ao património natural e construído perfeitamente absurdos e desnecessários. Mas aconteceram. É nosso dever, para construirmos um futuro melhor, reflectir sobre eles. E é nosso dever, igualmente, questionarmos o desenvolvimento do presente, aquele que se desenrola à frente dos nossos olhos e que transforma aquilo que conhecemos.

O sector imobiliário, com a conivência de muitos políticos (e da legislação desadequada aprovada por estes, bem como da política de êxodo rural pela qual optaram), imprimiu e imprime uma mudança territorial extremamente rápida, na verdade muito mais rápida do que a capacidade existente para sobre ela reflectir – sobretudo se considerarmos que a vontade de pôr os cidadãos a participar é incipiente. O resultado está à vista: hoje, já não se constrói cidade, só subúrbios. Mesmo no Porto, este paradigma da insustentabilidade que defende o aparecimento aleatório e desconexo de altos edifícios e a destruição sistemática do precioso recurso que é o solo, desobedecendo a toda a lógica urbanística e de ordenamento territorial, vem imperando. Uma concepção que é alheia ao contexto humano e social já que, no seu lema "fazer casas e fazer dinheiro", não cabem tais caprichos.

O culminar desta política foi atingido durante a regência de Nuno Cardoso. Este será recordado como o homem que mais contribuiu para aniquilar a coerência da urbe e que mais se esforçou por lhe retirar a dignidade, pelo menos nas últimas décadas.

A freguesia de Ramalde, conservando ainda traços de uma ruralidade que diversifica, engrandece e beneficia a paisagem urbana, foi uma das mais afectadas pela política do betão armado. A situação chega a ser caricata: ao mesmo tempo que a Câmara Municipal do Porto encomendava um estudo para a recuperação da Ribeira da Granja, aprovava, pela

mão do Eng. Nuno Cardoso, alvarás de licenciamento para empreendimentos... sobre a ribeira! Presumo, pois, que no entender do anterior executivo, até salvaguardar o maior curso de água que atravessa a cidade é uma ideia demasiado inovadora e sem cabimento! As linhas de água fazem parte da reserva biofísica do país e do planeta, pelo que é absolutamente inaceitável que alguém as faça desaparecer! A Ribeira da Granja tem direito à existência, e os portuenses a dela usufruir! Para tal, devem ser encetados todos os esforços no sentido de a despoluir e renaturalizar as suas margens. Mas hoje ainda é uma atmosfera lúgubre a que nos invade ao longo do seu percurso, pois a ribeira continua a sucumbir face a uma expansão urbana descontrolada.

Atravessar a Travessa de Requesende, caminhando sobre a sua bela calçada portuguesa, e deparar com um autêntico monstro a invadir um campo, também é uma experiência dolorosa, embora necessária (quem não vê é como quem não sabe). Em muitas zonas, a calçada foi mesmo cimentada e os muros envolventes derrubados, possivelmente para tornar ainda mais visíveis edifícios que já o são ou virão a ser a quilómetros de distância.

E, contudo, bons exemplos subsistem. Tive o prazer de visitar recentemente a Quinta do Rio ou do Viso, uma lindíssima quinta, seguramente uma das mais fantásticas de toda a cidade do Porto, situada nas imediações. O empenhado esforço e perseverança de uma família durante mais de um decénio permitiu salvá-la da ruína certa. A sensibilidade, inteligência e precaução da família foram mais do que frutíferos: resultaram num verdadeiro exemplo a seguir, numa referência – não só para outros privados, mas para o próprio Estado. Porque na Quinta do Rio não se encontram acrescentos modernistas ou fúteis, vidros espelhados ou portas metálicas, nem tão pouco enormes lajes de granito ao estilo Porto 2001. Vê-se, pelo contrário, simplicidade, uma cativante e encantadora simplicidade.

Contrastando com esta zona verde, os terrenos envolventes estão a ser alvo de uma gigantesca operação imobiliária. A diversidade deu lugar à monotonia, a ruralidade a gigantescos e incharacterísticos blocos de betão, a cultura local à cultura de massas. O valor acrescentado do local – resultante da sua unicidade, peculiaridade ou qualquer outra razão que lhe confira um carácter simbólico – esvaiu-se sem que tenha nascido outro espaço capaz de preencher as valências do primeiro. A cidade “desvaloriza-se” continua e duplamente, já que a expansão progressiva da malha urbana acarreta também a decadência acelerada do centro histórico, da sua vida e comércio.

Alterar este rumo não é impossível. Se cada um dos quase 19000 alojamentos vagos na cidade, ou 15% do total existente (segundo os Censos 2001), fosse devidamente aproveitado, se existisse uma política com este fim, a cidade devoluta teria então condições para renascer – e todas as justificações para prosseguir com a política de terra queimada ficariam esvaziadas de sentido, se é que alguma vez foram concebíveis.

Inverter o actual rumo é possível. Mas requer, antes de mais, a opção por um modelo de cidade baseado numa dimensão ética múltipla: humana, ambiental e paisagística, integrando e conjugando o respeito pelo ser humano, rios, biodiversidade, solo e paisagem.

Eis o enorme desafio com que a Câmara e todos os portuenses se deparam. Faço votos para que não se vacile neste ponto fundamental da política local.

Nuno Quental  
Eng. do Ambiente

9 de Maio de 2002